

## CAPÍTULO 1

### Os donos do Brasil



Deitou-se remendo de pano novo em vestido velho, vinho novo em odres velhos, sem que o vestido se rompesse nem que o odre rebentasse.

Fonte: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122009000600006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000600006)

A frase acima foi escrita há cerca de cinquenta anos, na primeira edição do livro *Os donos do poder* (1958), do jurista e sociólogo gaúcho Raimundo Faoro. Este livro, escrito em um intervalo democrático da nossa história, entre as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e do Regime Militar (1964-1985), traz uma das mais importantes interpretações sobre a estrutura do poder político no Brasil.

Faoro, que não era historiador, estava mais preocupado com as permanências do que com as transformações ocorridas no tempo. Viu, por isto, uma continuidade entre a estrutura de poder em Portugal na Idade Média e o Brasil de sua época. Estado centralizado há mais de oitocentos anos, Portugal teria consolidado no poder uma classe de burocratas, que se apropriou e se consolidou no poder.

Haveria, portanto, tanto no governo português quanto no governo instalado no Brasil durante a colônia, uma forte centralização. A instalação das Capitânicas Hereditárias (primeira divisão administrativa do Brasil, em 1532), do Governo Geral (que deveria gerenciar as Capitânicas, a partir de 1548), e até mesmo a fundação de câmaras municipais (dominadas pelos chamados “homens bons”, únicos que podiam ocupar cargos no governo local) obedeciam à centralização política – toda a estrutura de poder deveria operar em função do rei e com a sua permissão.

A partir daí, um grupo social e profissional específico tomaria conta da burocracia estatal, com o objetivo de dar suporte ao governo, controlando os súditos. Até mesmo o poder dos grandes senhores de terra do Brasil colonial só podia existir

com o reconhecimento do centro do poder, o rei, através da classe burocrática. Esta seria a principal herança institucional de Portugal para o Brasil, conforme escreveu Faoro:

*Na monarquia patrimonial, o rei se eleva sobre todos os súditos, senhor da riqueza territorial, dono do comércio - o rei tem um dominus, um titular da riqueza eminente e perpétua, capaz de gerir as maiores propriedades do país, dirigir o comércio, conduzir a economia como se fosse sua empresa.*

Ao longo do tempo, esta categoria de indivíduos (às vezes membros de uma mesma família) se consolidou na estrutura política e administrativa do Estado. Estes homens passaram a controlar a máquina pública, derivando deste fato o seu favorecimento político e econômico, além do enorme prestígio social. Este grupo era denominado por Raimundo Faoro de “patronato político brasileiro”. Esta forma de dominação privada de uma estrutura política mantida por recursos públicos foi denominada pelo autor, recorrendo a um conceito formulado pelo sociólogo alemão Max Weber, de “patrimonialismo” – que definiria até mesmo os limites da ação do chefe de governo (seja o rei, o imperador ou o presidente).

Segundo este autor, esta estrutura de dominação política por uma classe burocrática era o elemento que definia o Estado brasileiro desde os seus primórdios – e até mesmo antes disso. Como disse na frase seguinte:

*De D. João I [rei de Portugal entre 1385 e 1433] a Getúlio Vargas [presidente do Brasil em dois períodos, entre 1930 e 1954], numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo.*

Apesar de todas as transformações econômicas, tecnológicas e até mesmo sociais pelas quais o Brasil passou em seus quase quinhentos anos de história, o “estamento burocrático” teria permanecido imóvel, no mesmo lugar dominante na estrutura de poder. Segundo o sociólogo, ele “imperava, rege e governa em nome próprio, num círculo impermeável de comando”.

***Você sabia...***

*...que ao estudar o período da ditadura militar no Brasil (1964 – 1985), o aluno deve ficar atento à propaganda política do regime, veiculada principalmente ao governo Médici. A campanha “neopopulista” foi uma forma de mascarar as atrocidades que ocorriam nos porões. Cartazes, adesivos e documentários de cinema e televisão serviram para convencer as massas de que o país atravessava uma ótima fase (o chamado “milagre econômico”). Até mesmo a conquista do tricampeonato mundial da seleção brasileira de futebol foi usada como propaganda política.*

Fonte: <http://www.historiaecia.com/curiosidades.htm>

**◆ TESTE SEUS CONHECIMENTOS**

- 1. Faoro se preocupou em mostrar que a centralização do poder era realidade brasileira e portuguesa. O que você entende de centralização de poder?*

---

---